



European Trade Union Confederation (ETUC)
Confédération européenne des syndicats (CES)

CARTA ABERTA AOS PRESIDENTES NICOLAS SARKOZY E JOSÉ MANUEL BARROSO

Senhor Sarkozy, Senhor Barroso,

A reunião de hoje do Conselho Europeu e a da Cimeira do G-20, a 15 de Novembro em Washington, devem cumprir o desafio de recolocarem o sector financeiro ao serviço da economia real. O modelo “emprestar para especular” bem como a procura do lucro excessivo têm de acabar. O sector financeiro deve ser recentrado na sua função original que é a de transformar as poupanças em investimentos produtivos.

Os trabalhadores europeus vêem-se actualmente confrontados com os prejuízos e os custos do capitalismo casino. As empresas efectuam reestruturações em massa, perdem-se empregos, o desemprego aumenta, os salários e a segurança social encontram-se sob pressão e numerosos planos de poupança reforma ficaram reduzidos a zero.

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) incita vivamente o Conselho Europeu a assegurar que uma tal situação não poderá repetir-se jamais e a ser extremamente ambicioso abordando as três dimensões da actual crise:

Uma profunda reforma estrutural da arquitectura financeira: O sector financeiro é demasiado importante para ser deixado aos banqueiros e aos gestores gananciosos de fundos especulativos. Em vez de ajustamentos técnicos e pontuais, temos necessidade de reformas que modifiquem a essência da estrutura e os incentivos da arquitectura financeira:

- *Uma agência europeia de avaliação* – As agências de avaliação, estabelecidas principalmente nos Estados Unidos, desempenharam um papel chave na construção do modelo “emprestar para especular” e na difusão de bens “tóxicos americanos” através do mundo. Deve ser criada uma agência europeia de avaliação, independente dos bancos no que respeita à dotação dos seus fundos a fim de se evitar a repetição desta situação.
- *Resolver a questão dos prémios e criar um teto para as compensações mais elevadas* – Os sistemas de prémios não devem voltar a permitir recompensar a especulação a curto termo mas, pelo contrário, devem promover o longo prazo.
- *Uma autoridade de vigilância visível a fim de orientar a liquidez, a poupança e o crédito para os investimentos produtivos* – os bancos centrais devem impedir o desenvolvimento das bolhas de activos, mas não por via da manutenção das taxas de juro a níveis artificialmente altos e que, desta forma, prejudiquem os investimentos produtivos. Os bancos deveriam, ao contrário, adoptar uma política concreta encorajando os investimentos da economia real e desencorajando a actividade especuladora. As “reservas obrigatórias baseadas nos activos” são uma via para o conseguir: por exemplo, forçando os bancos que emprestam dinheiro a fundos

especulativos sobre o preço do petróleo e de matérias-primas a creditarem no banco central 50% ou mais, sem qualquer juro.

- *Pôr fim aos paraísos fiscais* – Os paraísos fiscais permitiram aos bancos escapar à supervisão prudencial e assumir riscos excessivos, contribuindo para a criação e o desenvolvimento de um sector “bancário fantasma”. Por outro lado, os paraísos proporcionaram a evasão fiscal aos enormes lucros provenientes da especulação financeira. Os governos, ao assumirem o controlo dos bancos tornaram-se, hoje, homólogos dos paraísos fiscais, devendo utilizar essa posição para os colocar sob sérias pressões.

Não deixar cair a economia real: A crise da economia real corre o risco de aprofundar a crise financeira e de transformar a desinflação numa armadilha deflacionária. Os decisores políticos necessitam urgentemente de enfrentar a maré recessiva que se abateu sobre a Europa:

- As fortes baixas das taxas de juros e uma política fiscal neutra são particularmente necessárias, contudo elas já estão atrasadas e são insuficientes para enfrentar a recessão.
- Para evitar a maré recessiva actual, a política fiscal deve tornar-se expansionista e evoluir rapidamente para evitar que as previsões de um crescimento negativo se enraízem.
- A fim de mobilizar uma força de actuação colectiva, a Europa necessita de coordenar um esforço conjunto com os Estados-membros, para o investimento adicional de 1% do PIB na criação de novas indústrias, no desenvolvimento sustentável e na habitação social.
- O financiamento referido deverá provir de um Fundo Europeu de Desenvolvimento, concedido pelo Banco Europeu de investimento, canalizando as poupanças excessivas oriundas do resto do mundo para projectos de investimento na Europa a um custo inferior para as finanças públicas.
- Criar um comité de crise, com a participação dos sindicatos.

Garantir aos trabalhadores um tratamento justo: Ainda que a desregulação financeira facilite o modelo “emprestar para especular”, o motor fundamental subjacente é o enfraquecimento da situação dos trabalhadores em muitos países, ao longo de vários anos: as desigualdades têm crescido, o progresso económico não conseguiu alcançar um crescimento real dos salários, o trabalho precário e os baixos salários estão a aumentar. Neste contexto, para sustentar a procura e o crescimento, as políticas têm-se valido da “bolha de consumo”, desencadeando o aumento exuberante dos preços dos bens, incitando os agregados familiares ao endividamento.

Este modelo não pode subsistir. A “bolha de crescimento especulativo” provocou esta desordem. Salários justos e melhores empregos devem tornar-se, agora, os novos motores da procura e do crescimento:

- *Reforçar as instituições de negociação colectiva para garantir um escalão mínimo para o crescimento dos salários nominais* – Deve-se impedir que os salários sejam a próxima peça de dominó a cair. Para evitar uma “recessão ao estilo japonês” é necessário que se respeite o patamar mínimo de 2 a 3% de crescimento dos salários nominais. As práticas de negociação colectiva têm de ser reforçadas, a autonomia dos parceiros sociais, na organização e acção sobre as relações de trabalho, deve ser estritamente respeitada e patamares salariais decentes devem repercutir-se sobre cada mercado de trabalho. Esta medida deverá trazer outros benefícios: levar as empresas a competir com base no investimento em inovação, mais do que, simplesmente, cortar nos salários, garantindo, assim, aos trabalhadores que o jogo não está armadilhado.
- *Lutar contra a segmentação do mercado de trabalho, reforçando os direitos dos trabalhadores precários* – Os empregos são outra peça do dominó que está em risco de cair. Uma avalanche de planos de reestruturação está a ser anunciada em várias empresas, e as agências de trabalho temporário e de trabalho a termo estão também a diminuir rapidamente em resultado da crise económica. Toda esta situação provoca o aumento do desemprego assim como o dos défices públicos, minando a confiança geral.
Ao invés de incentivar o “despedimento fácil” e o prolongamento do horário de trabalho (ou seja, o enfraquecimento proposto na directiva sobre o tempo de trabalho), temos agora necessidade de reformas que incitem as empresas a elaborarem políticas, tais como a formação interna e a flexibilidade funcional interna que encorajem os empregos estáveis.
- *Acabar com os condicionalismos financeiros internacionais que minem as condições de trabalho* – Deve-se impedir o FMI de “fazer das suas” impondo uma desregulação social em troca de empréstimos de divisas. A União Europeia, em particular, não pode permitir que o FMI imponha aos países europeus um congelamento plurianual dos salários mínimos e/ou de reduções excessivas dos salários do sector público. Da mesma forma, a União Europeia não pode seguir cegamente a política do FMI fazendo depender os empréstimos europeus das condições de concessão de crédito do FMI. Inclusive se necessário, a União Europeia deveria criar o seu próprio sistema de empréstimos, estabelecendo uma ligação entre este e o respeito pelos princípios de base do legado social europeu.

Na expectativa de que V.Exas. bem como os vossos colegas europeus tenham em consideração este conjunto de pontos e que apoiem igualmente a Declaração Sindical Internacional que vos será enviada em separado, aquando da Cimeira de crise do G-20.

Subscrevo-me, Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Comissão Europeia, com elevada consideração.

John Monks
Secretário Geral

Bruxelas, 6 de Novembro de 2008

Nota

Tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões francesa e inglesa



Para mais informação:

Ler o Relatório da CES sobre a situação económica na [Europa – Outono 2008: “Do not let the economy down!”](#) (apenas disponível em inglês).